



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

DIEGO ALVES DA ROCHA

**DEFICIT HABITACIONAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo a partir da  
Ocupação Carolina de Jesus, na cidade do Recife, PE.**

Recife

2024

DIEGO ALVES DA ROCHA

**DEFICIT HABITACIONAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo a partir da  
Ocupação Carolina de Jesus, na cidade do Recife, PE.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Geografia  
bacharelado da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em  
Geografia.

Orientador (a): Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rocha, Diego Alves da .

Deficit Habitacional e de Políticas Públicas: um estudo a partir da Ocupação Carolina de Jesus, na cidade do Recife, PE / Diego Alves da Rocha. - Recife, 2024.

32 : il.

Orientador(a): Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Bacharelado, 2024.

9,0.

Inclui referências.

1. Política Habitacional. 2. Ocupação Carolina de Jesus. 3. Infraestrutura urbana. 4. Saneamento básico. 5. Regularização fundiária. 6. trabalho informal.

I. Almeida , Nilo Américo Rodrigues Lima de. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

DIEGO ALVES DA ROCHA

**DEFICIT HABITACIONAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo a partir da  
Ocupação Carolina de Jesus, na cidade do Recife, PE.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Geografia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em  
Geografia.

Aprovado em: 23/10/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida

(Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Adalberto Antonio da Mota Correia (Examinador

Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todos que assim como eu, não possuem boas condições de moradia, que esse trabalho seja um grito de socorro para todos que precisam sair dessas condições de vida, a união e luta são itens essenciais para buscar políticas e ações governamentais para garantir a todos uma moradia digna e segura.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por terem me dado as condições necessárias para eu concluir meu curso. Que mesmo com todas dificuldades que passamos nesses anos de minha formação, nunca deixaram de me apoiar e investir no meu sonho.

Também devo fazer menção aos meus amigos que conheci nessa trajetória, Carlos, Emanuelle, Joana, Lídia, Vitor, Lavinia, Gabriele e Godoi. Cada parceria feita serviu para me fortalecer em busca dos meus objetivos, nós evoluímos juntos durante esse percurso, foram de suma importância para mim, no curso e na vida.

Ao meu orientador, que me auxiliou e me deu todo suporte possível para que eu conseguisse concluir meu trabalho.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para eu concluir meu trabalho.

“Enquanto morar, viver e comer for privilégio, ocupar é direito” (Kelli Mafort)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, aborda as questões habitacionais que a comunidade de baixa renda vive desde sua ocupação. A pesquisa tem seu enfoque nos problemas que os ocupantes enfrentaram e enfrentam na luta por moradia digna na capital pernambucana, evidenciando todo o déficit habitacional e de políticas públicas efetivas. Foi realizado o mapeamento das estruturas e vias de acesso, foi traçado o perfil socioeconômico dos moradores da ocupação para evidenciar as condições precárias de moradia e saneamento básico.

A metodologia consistiu no levantamento de dados através de pesquisa de campo e observação direta, foi usado o auxílio do geoprocessamento para mapeamento da área em estudo, através disso foi possível delimitar a área de influência da ocupação e suas vias de acesso, assim como aparelhos públicos e privados que estão próximos à comunidade. Dentre os principais problemas identificados, estão a falta de regularização fundiária, uso de materiais inadequados para a construção das casas, falta de saneamento básico, e a prevalência do trabalho informal.

O trabalho conclui que a regularização fundiária e a aplicabilidade de políticas públicas já voltadas para resolução desse problema sejam efetivas para garantir o direito à moradia digna. Além disso, sugere a criação de um projeto participativo, para que a comunidade tenha voz ativa para decidir o futuro da ocupação, em possíveis projetos de moradia.

**Palavras-chave:** Política Habitacional, Ocupação Carolina de Jesus, Infraestrutura urbana, Saneamento básico, Regularização fundiária, trabalho informal.

## ABSTRACT

The present course completion work, addresses the housing issues faced by low-income communities since their occupation. The research focuses on the problems that the occupants have faced and continue to face in their struggle for decent housing in the capital of Pernambuco, highlighting the housing deficit and the lack of effective public policies. A mapping of structures and access routes was conducted, and a socioeconomic profile of the occupants was outlined to highlight the precarious living and sanitation conditions.

The methodology consisted of data collection through field research and direct observation, with the aid of geoprocessing for mapping the studied area. This allowed for the delineation of the occupation's area of influence, its access routes, as well as public and private facilities near the community. Among the main problems identified are the lack of land regularization, the use of inadequate materials for housing construction, the lack of basic sanitation, and the prevalence of informal work.

The study concludes that land regularization and the implementation of public policies aimed at solving this issue are essential to ensure the right to decent housing. Additionally, it suggests the creation of a participatory project, so the community can have an active voice in deciding the future of the occupation in potential housing projects.

**Keywords:** Housing Policy, Carolina de Jesus Occupation, Urban Infrastructure, Basic sanitation, Land regularization, informal work.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 Mapa histórico do Terreno da Ocupação18

Figura 2. Estrutura das casas21

Figura 3. Estrutura das casas21

Figura 4 Mapa de Localização23

Figura 5. Estação de passageiros do Barro24

Figura 6. Estrutura das casas24

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 OBJETIVOS</b>	<b>13</b>
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>15</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>16</b>
4.1 Metodologia da pesquisa	16
<b>5 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL</b>	<b>17</b>
<b>6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO</b>	<b>20</b>
6.1 Localização	20
6.2 Infraestrutura	20
6.3 Perfil socioeconómico	25
6.4 Impactos a Saúde e ao Meio Ambiente	26
<b>7 RESULTADOS</b>	<b>28</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento urbano, muitas vezes desordenado por conta das políticas públicas desiguais, é uma característica de países subdesenvolvidos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 85% da população brasileira vive em áreas urbanas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Não é difícil de se imaginar que nessas áreas os problemas urbanos são abundantes devido, dentre outros fatores, a problemas de gestão. Algumas áreas são privilegiadas e recebem melhor planejamento em detrimento de outras, o simples fato de uma obra pública ser executada e concluída já demonstra o privilégio.

A desigualdade social e regional é uma marca do Recife. Segundo dados divulgados pelo Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, no grande Recife, 13% da população vive em extrema pobreza. O levantamento foi feito pelo Observatório das Metrôpoles. Nesse quadro, parte da população possui condições básicas de vida. Mas, parte expressiva da população habita locais que não cumprem com o mínimo necessário em termos de condições de vida. A esse grupo, resta ocupar regiões consideradas como áreas de risco ou favelas. Segundo relatório divulgado pelo Programa Habitat, instituição associada à ONU, 52,3 milhões de cidadãos brasileiros, aproximadamente 28% da população nacional, residem nas 16.433 favelas registradas no país. A Ocupação Carolina de Jesus, localizada no centro do Recife/PE, é um exemplo desse tipo de ocupação. No período mais recente, regiões com carências em suas infraestruturas, são as que mais têm acumulado gargalos urbanos.

No período pandêmico, por exemplo, o isolamento social, uma das medidas de segurança mais básicas, indicadas pela Organização Mundial da Saúde [OMS], torna-se inviável de ser praticado. As orientações básicas sugeridas pelo Órgão, como lavar as mãos e manter o distanciamento social, não eram capazes de ser cumpridas por conta dos problemas de saneamento básico e planejamento urbano.

Soma-se a isso que parte expressiva da população da comunidade não possui emprego fixo, restando como opção o trabalho informal [bicos ou biscates]. A renda per capita do conjunto da população local, via de regra, é variável e seu valor é relativamente baixo, quando comparado com outros extratos sociais. Dentre os problemas encontrados, pode-se destacar a deficiência na coleta e tratamento dos esgotos domésticos, cujo despejo irregular afeta diferentes recursos naturais próximos, além da própria saúde dos moradores locais, as deficiências socioeconômicas que as populações locais apresentam, a tipologia das habitações construídas, muitas vezes sobre uma terra que ainda pode ter a sua posse questionada.

A especulação imobiliária também contribui no sentido de agravar a situação. A pauta do direito à cidade tem sido central no debate de alguns grupos sociais que lutam pela diminuição da desigualdade no espaço urbano e por cidades mais justas. Em um primeiro momento, a luta é pelas necessidades básicas e num segundo momento, a luta aparece em uma dimensão política, pelo direito à cidade. Os espaços públicos são bastante ressaltados quando se trata de direito à cidade, tanto por ser um espaço em que todos deveriam poder usufruir, como também por ser o palco das manifestações e reivindicações.

Diante desse quadro, pode-se questionar i) quais são as principais vias de acesso, construções, redes de equipamentos públicos, os limites físicos que podem compor um retrato da estrutura da Ocupação Carolina de Jesus; ii) qual o perfil socioeconômico dos moradores da Ocupação Carolina de Jesus.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Compreender as estratégias de ocupação e as condições físicas das estruturas, incluindo acesso a saneamento básico, equipamentos públicos e renda familiar mensal.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Mapear o perfil estrutural, vias de acesso, construções, equipamentos públicos da Ocupação Carolina de Jesus.

- Elaborar um perfil socioeconômico da população da área de estudo, abordando aspectos como ocupação, renda, tipo de habitação e nível educacional.
- Identificar os impactos socioeconômicos, especulação imobiliária, planejamento urbano, desigualdade social, que afetam a questão da habitação para os moradores da Ocupação Carolina de Jesus

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Santos (2009) observa que, embora a urbanização tenha começado no século XVIII, foi apenas no século XX, especialmente após a década de 1940, que o Brasil passou por um crescimento urbano significativo. Esse processo provocou mudanças profundas na forma e expansão das cidades e na distribuição da população no território brasileiro. Contudo, essa expansão ocorreu de maneira desordenada, resultando em um crescimento espacial desigual e contribuindo para problemas urbanos atuais.

O rápido processo de urbanização no Brasil gerou uma alta demanda por habitação, que não foi plenamente atendida pelo mercado. Esse déficit levou a questão habitacional a ser abordada por políticas públicas, mas ainda assim o acesso à moradia não se tornou universal, embora esta passe a ser reconhecida como um direito social (Penalva & Duarte, 2011).

O Brasil tornou-se majoritariamente urbano em um curto período, com uma taxa de urbanização crescente. Em 1940, os censos demográficos mostravam que 31,34% da população, ou 41.236.315 pessoas, viviam em áreas urbanas. Esse número aumentou para 84,36% em 2010, somando 160.925.792 habitantes residindo nas cidades (IBGE, 1940 a 2010).

Segundo Maricato (2011), o crescimento das periferias das grandes cidades superou o das áreas centrais, o que expandiu as regiões mais pobres. Esse fenômeno ocorre em grande parte devido à valorização dos terrenos e imóveis em áreas centrais, obrigando a população de baixa renda a buscar moradia em zonas menos valorizadas e distantes do centro urbano.

A terra urbana e a habitação são alvos de interesse generalizado, envolvendo diversos atores sociais, organizados ou não, que interagem de forma formal ou informal. Essas interações geram uma tensão constante em torno do uso da terra urbana e da habitação, o que, mesmo que não seja uma contradição fundamental, configura-se como um problema para parte da população (Corrêa, 2011).

A inclusão social e a redução da pobreza estão fortemente ligadas à oferta de moradia adequada, que contribui para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população. Além disso, o setor habitacional tem um impacto positivo na economia, promovendo geração de empregos e renda, especialmente para os trabalhadores menos qualificados, que geralmente compõem a população mais vulnerável (Almeida, 2011).

Foster e Iaione (2016) apontam que, em várias cidades ao redor do mundo, a ideia de "comum urbano" tem sido promovida por movimentos, ativistas e até formuladores de políticas públicas, que buscam proteger recursos e bens urbanos contra privatizações. Esses movimentos, ao invés de dependerem exclusivamente do Estado, estão cada vez mais focados em formas de cooperação para reivindicar os recursos urbanos e a cidade como bens comuns.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Metodologia da pesquisa**

Para uma melhor compreensão dos principais aspectos que impactam a questão habitacional da Comunidade, será realizada uma pesquisa com uma fase bibliográfica e outra fase de campo. Para elaborar um perfil da estrutura material da Comunidade, contendo seus limites físicos, vias de acesso, construções, redes de equipamentos públicos, proceder-se-á a um mapeamento da área de estudo a partir de dados coletados em sites oficiais do poder público que contenham informações acerca daquela Comunidade, além de trabalhos de campo para produzir um mapeamento dos limites físicos da Comunidade posteriormente através de ferramentas de geoprocessamento para análise espacial do uso do solo, com auxílio de imagens de satélites devidamente georreferenciadas.

A observação participativa será usada como método de pesquisa para identificar a real situação local. A observação participativa consiste em vivenciar a dinâmica local e sua interferência. O recurso de registros fotográficos será usado para documentar todos os fatos. Com isso, será possível delimitar as problemáticas, possibilitando descobrir novos aspectos e possíveis soluções.

## 5 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

A ocupação do terreno se deu no dia 17 de fevereiro de 2017. Famílias em situação de vulnerabilidade social se organizaram juntamente com o movimento social MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) para dar início à reivindicação do local.

A área pertence ao Governo do Estado, e para esse local foi planejada uma reforma visando melhorias para o Terminal Integrado do Barro para a Copa do Mundo de 2014. Um dos legados da Copa foi o abandono de projetos urbanos, que foram esquecidos após o término do evento. Existem vários equipamentos públicos que passaram por reforma ou foram construídos do zero, feitos para a Copa do Mundo de 2014 e foram subutilizados após o evento, outros nem sequer foram concluídos. Em nosso Estado, foi planejada a cidade da Copa em São Lourenço da Mata, subúrbio do Recife, mas nada foi feito até então. Algumas obras deviam ser feitas para auxiliar de forma indireta ou direta para que o evento acontecesse, como a expansão do Terminal Integrado do Barro, local específico da área de estudo, e não foi diferente, o terreno ficou subutilizado e sem função social, causando preocupação aos moradores vizinhos, por conta da criminalidade.

A área se tratava de um terreno abandonado, que possuía uma vegetação alta, densa e mais de 10 mil metros quadrados, como pode ser observado na (

Figura 1). O mapa demonstra como era a situação física do local no ano seguinte a Copa do Mundo, nenhuma obra estava sendo realizada e o local se encontra abandonado. Por conter pouco movimento de pessoas transitando pelo lugar, falta de iluminação pública e vigilância, esses fatores contribuíram para a insegurança do local, criando um ambiente propício para atos criminosos. Esses fatores permitiam a ação de criminosos que queriam realizar suas práticas criminosas no local. Consumo e tráfico de drogas eram comuns e faziam parte da realidade do lugar, também era comum outros tipos de crimes sendo realizados no local, era comum desmanche de carros roubados para comercialização de suas peças. A área oferecia insegurança suficiente para que isso ocorresse, pois não possuía nenhum tipo de vigilância ou meios de coibir tais ações. O que poderia ser um potencial equipamento público, sofria com o abandono. A ausência de uma destinação útil para aquela área, como, por exemplo, comércio, lazer ou moradia, causava

insegurança à população vizinha que já residia nas proximidades ao que hoje é a comunidade. Era um ambiente propício a esses tipos de criminalidade. Mas com a ocupação, boa parte desses crimes não faz mais parte da realidade do lugar.

Figura 1 Mapa histórico do Terreno da Ocupação



Fonte: Autor

No início, boa parte dos ocupantes morava em bairros próximos ao que seria a comunidade. O preço do aluguel nos bairros vizinhos era uma problemática comum que afetava as famílias de bairros próximos à comunidade. Famílias que não possuíam condições de pagar aluguel viram a oportunidade de desafogar das dívidas e se uniram por causa do MTST. Como já citado, uma das maiores motivações dos ocupantes é o valor do aluguel, que vem numa crescente na capital pernambucana. Atualmente, o Recife tem o terceiro aluguel mais caro do Brasil, segundo o Índice FipeZap, com média de 49,40 reais o metro quadrado. Famílias de outras zonas do Recife também procuraram o local motivadas pelo mesmo fator.

A ação rapidamente chamou a atenção das autoridades, que movimentaram efetivos para barrar a ocupação, que agiu de forma truculenta e violenta com a

população. Mesmo com isso, as famílias resistiram e deram continuidade, montando barracas e estruturas provisórias, estabelecendo ali, uma nova comunidade. Desde sua ocupação, a comunidade só aumentou seu número de moradores, possuindo hoje mais de mil famílias. Em seu início, existiram diversos conflitos entre a população ocupante e a polícia, foram várias tentativas de expulsar o movimento popular do local, com ações truculentas e violentas. Com muita resistência, a Ocupação Carolina de Jesus resiste há mais de 8 anos, hoje já bem estabelecida, os moradores buscam seguranças jurídicas para ter uma vida digna.

Com o passar do tempo e dos conflitos que existiram no início da ocupação, o movimento social que organizou para mobilizar os ocupantes (MTST) perde espaço dentro da comunidade, e hoje em dia não são mais atuantes nas causas da ocupação. Cada família entrevistada informou motivos diferentes que culminaram para esse fato. Após o Movimento dos Trabalhadores sem Teto deixar o protagonismo, outros movimentos tentaram assumir a comunidade, casas foram construídas e doadas, algumas foram sorteadas, o que gerou revolta por parte dos moradores por não acharem justa essa forma de ajuda. Em pesquisa de campo, foi informado pelos moradores que atualmente nenhum movimento social está à frente da comunidade.

## 6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

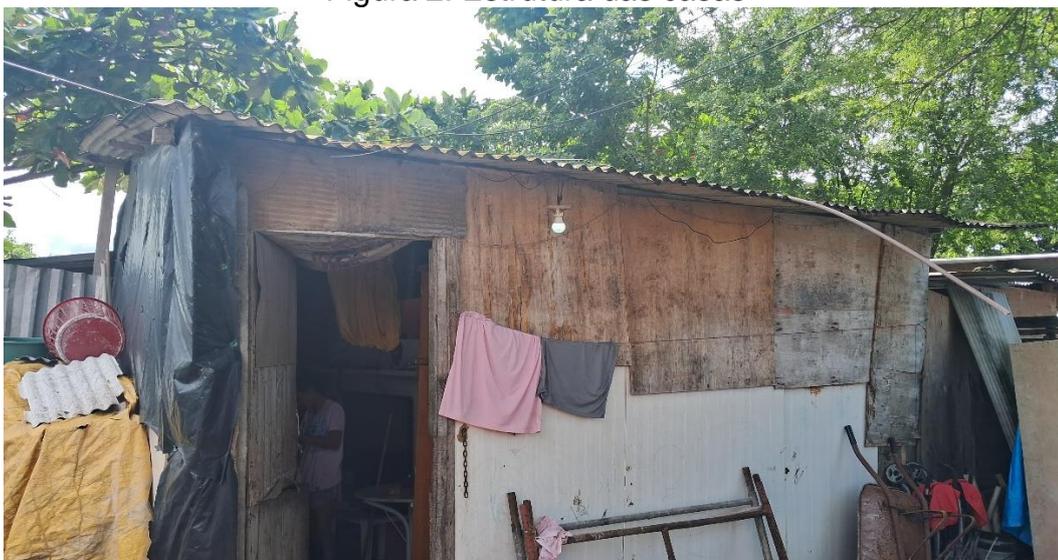
### 6.1 Localização

Localizada no bairro do Barro, aproximadamente a 14,1 quilômetros do Centro do Recife, a ocupação Carolina de Jesus possui boas formas de acesso. É possível chegar até a localidade se deslocando de carro pela BR-101 sentido norte ou pela Avenida Central (Figura 4). Ao lado da comunidade existe a estação de passageiros do Barro (Figura 5), que atende a linha Centro do Metrô do Recife, além de atender o município de Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, o que facilita o deslocamento dentro e fora da comunidade. De acordo com a Lei Complementar nº 02 de 24/04/2021, a Ocupação se encontra localizada numa Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), “Art. 64. Correspondem às áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, consolidados, carentes de infraestrutura básica e passíveis de urbanização, regularização fundiária e construção de habitação de interesse social, como também às áreas destinadas à provisão de programas habitacionais de interesse social pelo Poder Público”. RECIFE, 2021.

### 6.2 Infraestrutura

A área total do terreno possui aproximadamente 10 mil metros quadrados e atende a mais de mil famílias. Apesar de a comunidade possuir mais de 8 anos, as estruturas das casas ainda são muito precárias. As casas são de materiais baratos e improvisados, muitos são reciclados, como restos de madeiras, placas de metal e telhas usadas como estruturas para fazer a função de uma parede. Em relação ao piso das casas, foi possível identificar que a maioria não possuía as condições ideais, boa parte observada era de chão de cimento ou terra batida e placas de madeira (Figura 2). A ausência de um contrapiso adequado para moradia pode proporcionar um ambiente insalubre que pode causar diversas enfermidades. Em períodos chuvosos, esse piso vai ficar úmido, o que afetará outras estruturas como as paredes e agravará as estruturas restantes. A fundação das casas é deficitária, não oferecendo segurança aos moradores, são estruturas que não vão resistir às estações do ano, podendo ceder com o desgaste. Algumas casas já possuem estrutura mais comum e moderna, feitas de alvenaria.

Figura 2. Estrutura das casas



Fonte: Autor

Figura 3. Estrutura das casas



Fonte: Autor

As disposições mais comuns são casas pequenas que não possuem a quantidade de cômodos necessária para o número de moradores. Nesse quesito, foi notada, in loco, uma desigualdade de espaço físico, algumas casas possuem mais ambientes em relação a outras, alguns moradores receberam casas feitas com um certo padrão e a partir disso conseguiram expandir para possuir mais cômodos. Enquanto a grande maioria não possuía condições de expansão, por conta de questões financeiras ou de espaço físico, já que o espaço físico existente entre cada casa não obedece a um padrão, não seguindo padrões de loteamentos.

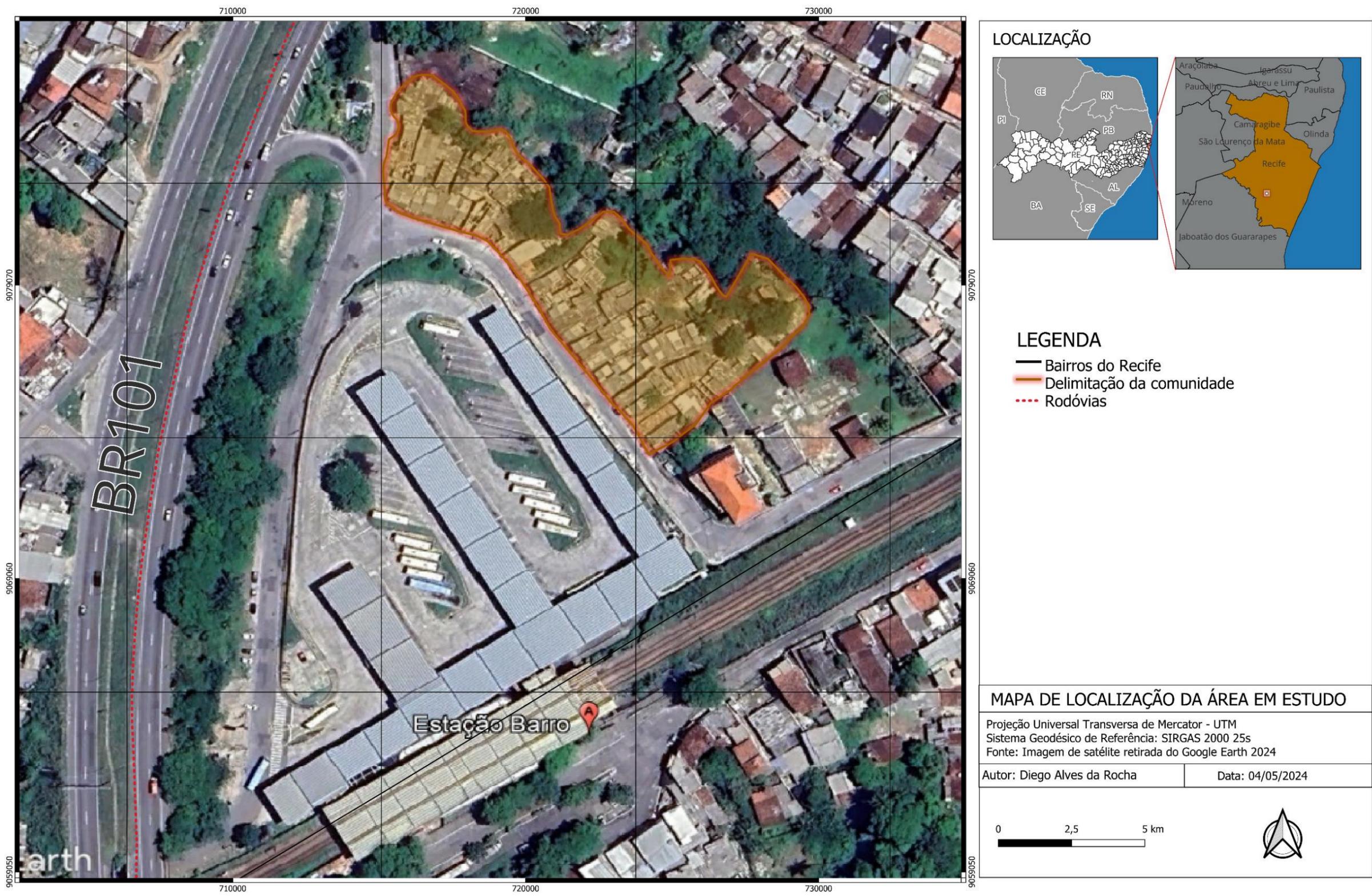
Não existe saneamento básico ou coleta de lixo, todos os dejetos são lançados no próprio terreno. As disposições das casas são desordenadas, não possibilitando a criação de ruas para facilitar a locomoção das mais de mil famílias que ali residem, restando a opção de transitar apenas a pé.

O fornecimento de água e energia elétrica não são oferecidos aos moradores, restando somente as opções de ligações clandestinas, que são desvios de eletricidade dos postes de eletricidade. Com isso, não existe iluminação pública, aumentando a insegurança do local. Segundo relatos dos moradores, no local existia uma creche que atendia a população, mas que por falta de recursos financeiros não teve condições de continuar funcionando.

Em um raio de 500 metros podemos encontrar equipamentos públicos que são favoráveis à comunidade, como escolas, um terminal integrado, como já supracitado anteriormente, três escolas municipais e uma estadual, um hospital da mulher voltado para o público feminino desde sua infância, e um centro de abastecimento, local onde se concentram produtos da hortifruticultura que são vendidos a nível de atacado.

Figura 4 Mapa de Localização

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO CAROLINA DE JESUS - RECIFE**



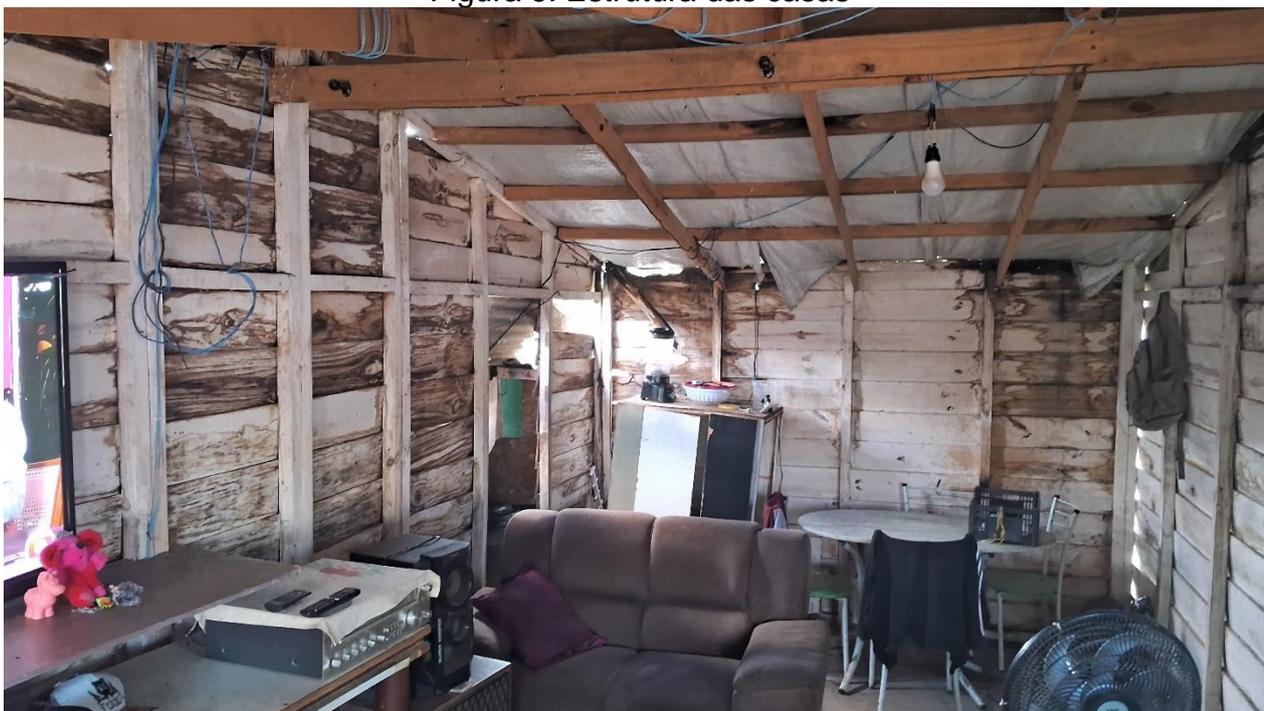
Fonte: Autor.

Figura 5. Estação de passageiros do Barro



Fonte: Autor.

Figura 6. Estrutura das casas



Fonte: Autor

Esse cenário de infraestrutura pode acarretar em problemas à saúde física e mental dos moradores, perpetuando um problema social comum das metrópoles. A falta de serviços básicos, como saneamento, pavimentação das ruas e abastecimento regular de energia e água, reduz as expectativas de futuro da população, enfrentar esses problemas diariamente impede o desenvolvimento pleno dos cidadãos.

### 6.3 Perfil socioeconómico

O levantamento do perfil socioeconómico da comunidade foi constatado in loco através de entrevistas, com isso, foi possível identificar predominância do trabalho informal e a dependência de programas de transferência governamental como principal fonte de renda dos moradores, a maioria das famílias dependem dessas fontes de renda e de ocupação para sobreviver. A maioria dos adultos não concluíram os estudos, o mesmo pode ser notado entre os mais jovens, dentre as famílias entrevistadas que possuíam crianças em sua composição familiar, foi notado uma baixa taxa de ocupação, devido a necessidade de auxiliar suas famílias, seja no serviço doméstico ou na renda mensal. As taxas de desemprego são altas em relação a população que ali reside, a solução mais palpável são as ocupações de trabalho informal. Em média, a população da comunidade apresenta uma renda média familiar de menos de 2 salários mínimos.

Dentre as funções mais comuns, destacam-se as atividades de comércio ambulante, bicos em geral e trabalhos domésticos que tem predominância de ocupação do público feminino. A renda média desses serviços dificilmente ultrapassa renda média de um assalariado formal. As atividades informais dependem da demanda diária, o mesmo serviço prestado pode ter grande variação de remuneração por não conter garantias que um contrato fornece, o trabalhador pode se deparar com diversas situações, como o de não pagamento do salário que foi combinado previamente, o que ocasiona insegurança financeira.

Isso faz com que as famílias não possam se planejar a longo prazo e que tenham um padrão de vida estável. Consequentemente essa problemática gera inseguranças sociais, a falta de contratos firmados nas legalidades trabalhistas faz com que os trabalhadores informais não tenham direito a férias, décimo terceiro e aposentadoria. Além dessas inseguranças, os trabalhadores estão sujeitos a condições precárias de trabalho, alguns serviços possuem grandes riscos à integridade física, deixando os trabalhadores vulneráveis a acidentes e lesões pequenas que com constância pode acarretar em problemas de saúde futuras. Em sua grande maioria, esses serviços são feitos sem equipamentos de proteção individual, devido a falta de dinheiro e regulamentações, o que deixa os trabalhadores vulneráveis a infecções, doenças e lesões físicas.

Sem uma renda fixa mensal, ou de baixa remuneração, as famílias dependem de assistências sociais do governo, programas como o bolsa família são de suma importância para manutenção mensal das necessidades das famílias. Foram realizadas 10 entrevistas, e em todas famílias possuíam membros com dependência desse programa. A falta de formações qualificadas, a nível técnico e superior, influência e torna uma dependência desse tipo de economia. O que se torna um problema recorrente que ultrapassa gerações.

#### **6.4 Impactos a Saúde e ao Meio Ambiente**

A falta de saneamento básico pode acarretar em diversos impactos ambientais. Dentre eles estão ao solo. O solo é um dos primeiros a serem afetados pela falta de tratamento de esgoto, na comunidade não existe tratamento e todos os dejetos são despejados diretamente no solo. Com isso, o esgoto pode infiltrar no solo e atingir os lençóis freáticos, contaminando as águas subterrâneas, comprometendo o uso delas para atividades futuras, como por exemplo, agricultura e para consumo humano. Com esse despejo, a água pode se tornar imprópria para diversos tipos de consumo, o que vai exigir tratamentos complexos para que se torne novamente consumível.

Com esses despejos irregulares, outro problema relacionado ao solo pode ser facilmente identificado, como a erosão. Partículas de solos são transportadas nessas canaletas feitas de forma improvisada, causando assim transformações na paisagem, deixando o solo propenso a buracos e erosões decorrentes do arrasto dessas partículas.

Conseqüentemente, e aliado a esses problemas, podemos observar impactos à saúde da população que ali reside. Com o solo exposto, podem surgir erosões, essas erosões deixam o solo propenso a buracos, com isso transitar nessas áreas pode ser um perigo à saúde física das pessoas, podendo gerar quedas e torções.

Ficar exposto e em contato com esgoto a céu aberto pode gerar doenças causadas por bactérias e vírus de animais que são atraídos por esse tipo de ambiente, como ratos que transmitem a leptospirose, mosquitos transmissores da dengue, zika e chicungunha. Por possuírem um perfil socioeconômico deficiente, os moradores, ao se depararem com essas enfermidades, recorrem a tratamentos alternativos por não possuírem acesso a serviços de saúde, o que pode acarretar

agravamento dessas doenças.

Foi constatado anteriormente que a maior ocupação das pessoas que vivem nessa comunidade são os trabalhos informais, dentre eles são comuns serviços feitos ao ar livre, no qual o trabalhador fica exposto às condições climáticas adversas que podem prejudicar a saúde, são comuns queimaduras por conta de longos períodos de exposição ao sol sem proteção adequada, insolação e desidratação são outros problemas a curto prazo acarretados por conta desses serviços feitos expostos a altas temperaturas do sol. A longo prazo, essas condições de trabalho podem resultar em câncer de pele e outros problemas dermatológicos.

Não podemos deixar de lado os impactos à saúde mental das pessoas que são condicionadas a viverem nessas condições. Viver nesses locais pode causar estresse e ansiedade. Com tantas preocupações diárias, a saúde mental fica bem vulnerável a esses problemas. Aliado às condições de infraestrutura, os problemas socioeconômicos desgastam a saúde mental das pessoas. As condições de trabalhos e remuneração baixa acabam por minar a sanidade mental das famílias, que buscam diariamente, com grande esforço, seus modos de subsistência que, em muitos casos, são desgastantes.

A não superação dessas situações de vida pode intensificar e gerar outros tipos de transtornos mentais.

## **7 RESULTADOS**

A partir da metodologia utilizada, foi possível identificar os fatores que implicam na problemática da questão habitacional da comunidade Carolina de Jesus. A partir da pesquisa de campo, foi possível mapear seus limites físicos, vias de acesso, construções e redes de equipamentos públicos. A partir de todos esses tópicos traçados, o objetivo da pesquisa foi alcançado. Através dessa delimitação física dos aspectos que compõem uma localidade, foram identificadas as principais problemáticas que assolam a comunidade, como as suas características físicas deficitárias, o perfil socioeconômico que indica desigualdade social e que não permite o desenvolvimento pleno dos cidadãos, e os impactos que locais insalubres oferecem à saúde das pessoas e do meio ambiente.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado em pesquisa de campo que a população da ocupação ainda não possui documentação legal do terreno, ocasionando insegurança jurídica, vez que não há como se provar a propriedade. A regularização fundiária pode ser uma das soluções para a problemática habitacional da comunidade, que vive atualmente em situação de vulnerabilidade. A regulamentação é um processo que propõe incluir medidas judiciais, urbanísticas, ambientais e sociais para terrenos ocupados e construídos de forma irregular. Essa ação visa tornar legais as ocupações irregulares, sejam elas em terrenos públicos ou privados. Com a regularização desses terrenos, os benefícios à população vão ser de suma importância para a resolução dos maiores problemas identificados anteriormente, como o de saneamento básico. Desta forma, vai passar a ser obrigação do Estado fornecer os principais serviços que atualmente são inexistentes na comunidade. Assim, o Estado deverá investir em infraestrutura e serviços básicos para atender à população, garantindo que os moradores não sejam despejados do local, assegurando acesso a direitos básicos e a estabilidade necessária para as famílias.

O objetivo dessa ação consiste na criação de habitações dignas e acessíveis. No caso da ocupação Carolina de Jesus, seria ideal um programa que atenda à necessidade das mais de mil famílias que ali residem, levando em consideração o tamanho total da área do terreno, para que sejam executados planos para habitação digna para a população. Por se tratar de uma área pequena para a população total que ali reside, contendo grande densidade demográfica, o ideal seria um projeto arquitetônico de ocupação vertical, no qual seria construído um ou mais complexos de apartamentos para abrigar todas as famílias. Parcerias público-privadas iriam viabilizar tal projeto, o que gera menos custo para o Estado. Esse plano deve levar em consideração os desejos conjuntos da população, de acordo com suas necessidades, isso faz com que não seja construído algo que não atenda a essas necessidades, evitando assim desperdício de verbas públicas e garantindo que o que está sendo construído realmente seja para a solução da situação atual.

No dia 12 de julho de 2023, o prefeito da cidade do Recife assinou um decreto que visa viabilizar o processo de regularização fundiária em 20 áreas de

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do município. Dentre as áreas, está a do bairro do barro, onde se encontra a comunidade, mas até o presente momento as pessoas ainda não conseguiram suas escrituras por não terem sido atendidas pela prefeitura. O ano em que esse estudo está sendo escrito, acontece as Eleições Municipais, o que pode ter atrasado esse processo.

Sabemos que na justiça brasileira existem entraves que acabam por dificultar tais ações, a regularização fundiária no Brasil é um processo lento e burocrático que requer processos administrativos. Os desafios envolvem questões políticas, financeiras, questões legais, ambientais e sociais. Para a realização desse serviço, existe uma solução que já é utilizada pela Defensoria Pública do Mato Grosso. O Núcleo de Regularização Fundiária utiliza-se das ferramentas de geoprocessamento para acompanhar e agilizar o fluxo de trabalho que requer o georreferenciamento de imagens, levantamento de dados, captação de imagens de satélites, manipulação gráfica, levantamento planialtimétrico e cadastral. Com essa solução, o processo para que ocorram essas soluções fica mais eficiente. Esse é um belo exemplo de como usar uma ferramenta adequada para o serviço que pode agilizar programas governamentais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Isaura Florisa Gottschall de. Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ARAÚJO, Angela M. C.; LOMBARDI, Maria Rosa. Novas configurações do trabalho no Brasil contemporâneo: relações de gênero, informalidade e trabalho associado. Campinas: Unicamp, 2010-2013. (Projeto de pesquisa).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.
- COSTA, Carlos R. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 381-425.
- COSTA, Márcia da S. Despotismo de mercado: medo do desemprego e relações de trabalho. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- ER, Sheila; IAIONE, Christian. The city as a commons. *Yale Law & Policy Review*, v. 34: 2.
- FOSTER, Sheila; IAIONE, Christian. The city as a commons. *Yale Law & Policy Review*, v. 34: 281, 2016.
- IBGE. Censo Demográfico 2022, Brasília: IBGE, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 1940 a 2010. Roraima. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 julho. 2024.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 204p.
- MARTINS, Sérgio. Prefácio à tradução brasileira. Em: LEFEBVRE, Henri. Espaço e política: o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- MARTINS, Victor Hugo Teixeira. Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina - PR. 2007. 175p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producaoacademica/categoria/artigos>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- O sistema de relações de trabalho no Brasil. Alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-132, 2005.
- PENALVA, Angela Moulin S.; DUARTE, Sandro Marino. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. *Revista da Faculdade de Direito da*

UERJ-RFD, n. 18, 2010.

RECIFE. Lei Complementar nº 02, de 23 de abril de 2021. Institui o Plano Diretor do Município do Recife e revoga a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Diário Oficial do Recife, Recife, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://licenciamentounificado.recife.pe.gov.br/lei-complementar-no-02-2021>. Acesso em: 06 julho. 2024.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176p.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1994. 136p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Política habitacional brasileira. São Paulo: Cortez editora, 1989. 199p.

UOL EDUCAÇÃO. Urbanização do Brasil: consequências e características das cidades. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>. Acesso em: 06 jan. 2024.

VICENTE NETO, Correia Lima; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. Nota Técnica Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007 - 2012). IPEA, 2013. 17p.